

Proposta amplia o uso de pregão eletrônico em compras do governo

A administração pública brasileira deve ter regras mais claras para uso do pregão eletrônico na compra de mercadorias e contratação de serviços. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem proposta que altera a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Pelo projeto, o pregão ele-

trônico poderá ser utilizado em várias hipóteses nas quais se exige, atualmente, o uso de concorrência, tomada de preços ou convite. A prática dessa modalidade pode reduzir custos.

A proposição, que é analisada também pela Comissão de Ciência e Tecnologia, deve seguir para o Plenário até o dia 3. **Página 7**



Ceratti/Vagda

Plenário aceita proposta que reajusta em 29,81% os salários de parlamentares, presidente da República e ministros de Estado

Aprovado estímulo a ciência e tecnologia

Em dia de muitas deliberações, Senado acolhe 11 propostas, entre elas incentivo à qualificação de professores e aceleração no rito de processos trabalhistas

Empresas que investirem em projetos de pesquisa científica e tecnológica executados por instituições da área poderão obter incentivos fiscais. Proposição com essa finalidade foi aprovada pelo Plenário do Senado e enviada à sanção presidencial.

Outra proposta aceita pelos senadores reforça a qualificação de professores

do ensino básico, com a ampliação das competências e da estrutura da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Para acelerar o rito de processos no âmbito da Justiça trabalhista, o Plenário acolheu projeto que institui depósito prévio de 20% do valor da causa para as ações rescisórias. **Página 3**

Marcos Kalume



Casagrande (E) é autor do relatório aprovado pela comissão presidida por Eduardo Gomes

Comissão quer urgência para projetos sobre meio ambiente

Sete propostas consideradas importantes para enfrentar o problema do aquecimento global serão acompanhadas pela Comissão Mista Especial sobre

Mudanças Climáticas. O apoio a esses projetos foi aprovado ontem pela comissão, que acolheu relatório parcial apresentado por Renato Casagrande. **Página 6**

Congresso poderá ter nomes de todos que recebem verba federal



Maranhão: acesso a dados permitirá ao Congresso fiscalizar dinheiro público

Executivo deve colocar à disposição do Congresso nomes, CPFs e dados bancários de quem administra entidades que recebem dinheiro da União. **Página 4**



Sibá preside o Conselho de Ética do Senado



Ao lado de Adelmir (E), Sibá diz que vai se pautar pela Constituição e pelo Regimento

Eleito ontem para a presidência do Conselho de Ética do Senado, Sibá Machado anunciou que na próxima reunião do colegiado, em 6 de junho, vai se pronunciar sobre denúncia da revista Veja contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. **Página 4**

Proposta aprovada pela CAS permite que dinheiro do fundo seja sacado um ano após a data de rescisão do contrato

Comissão muda prazo para saque do FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar e decisão terminativa, o substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) que propõe alteração na lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para determinar que a conta vinculada ao FGTS possa ser sacada depois de decorrido um ano da data de rescisão do contrato de trabalho.

Hoje, nas hipóteses de demissão por justa causa ou rescisão solicitada pelo próprio empregado, o trabalhador só pode sacar o fundo se permanecer três anos ininterruptos fora do regime do FGTS e o saque será efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta. A movimentação pode ser feita antes desse prazo, mas apenas quando o empregado é demitido sem justa causa.

O projeto de Paim (PLS 126/06) estabelece, portanto, que o novo prazo seja válido para rescisão ocorrida por qualquer motivo, mesmo que o trabalhador venha a firmar outro contrato de trabalho. Caso não tenha havido solicitação de movimentação da conta vinculada por seu titular após um ano da aquisição do direito de saque, o agente operador do FGTS ficará autorizado a transferir o saldo disponível para outra conta do mesmo titular referente a vínculo empregatício vigente, caso exista.

Depois de efetuada a transferência, o titular só poderá fazer movimentações dos saldos com base nas regras aplicáveis à conta que recebeu a transferência.



Audiência presidida por Augusto (C) reuniu Adriano Caixeta (E), Geraldo Maciel, Márcia Lameiro, Synésio Scofano, Diaulas Ribeiro e Ruy Caldas

GDF garante recursos para que unidade do Incor volte a funcionar

O Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF) voltará a funcionar normalmente na próxima semana. O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Saúde do Distrito Federal, José Geraldo Maciel, em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) que examinou a crise enfrentada pelo Incor-DF.

O secretário informou que o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, irá disponibilizar de imediato R\$ 5 milhões, a serem utilizados, basicamente, no pagamento da folha de pessoal e na quitação de débitos trabalhistas. Os recursos vão ser revertidos aos cofres do GDF em serviços.

O promotor Diaulas Ribeiro, da Promotoria de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde (Pró-Vida) do Ministério Público, afirmou que a reabertura das portas do Incor-DF foi fruto de acordo firmado entre União, GDF, Minis-

tério Público e Fundação Zerbini. Pelo Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado entre as partes, a Fundação Zerbini continuará a ser mantenedora do hospital nos próximos seis meses. Ao final, um comitê de gestão decidirá se a fundação permanecerá na administração ou será entregue a outra instituição.

Excelência

O senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), um dos responsáveis pela instalação do Instituto do Coração no Distrito Federal, voltou a pedir o fortalecimento do hospital em todos os níveis. Augusto Botelho (PT-RR), que presidiu a reunião, observou que o Incor não foi criado apenas para atender a população do Distrito Federal, mas, sim, de todo o país.

Adriano Caixeta, diretor-médico do instituto, salientou que o hospital realiza mais de 95 mil consultas anuais, desde 2002.

Grupo de trabalho avaliará casas de recuperação

Foi decidida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a criação de grupo de trabalho para estudar a situação do sistema de recuperação de dependentes químicos existente no país. O colegiado será composto por cinco senadores, ainda a serem indicados, devendo atuar com base em audiências públicas e seminários, além do exame da legislação existente e dos projetos em tramitação no Congresso.

Autor da proposta, Magno Malta (PR-ES) argumenta que os índices de dependência química são alarmantes, mas não há regulamentação referente a tipos de tratamento nem à qualidade das casas de recuperação. O senador criticou a Secretaria Nacional Antidrogas por tentar fixar regras para esse serviço, atribuindo exclusivamente ao Sistema Único de Saúde (SUS) a função de prestar assistência aos dependentes.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário pode examinar novo rito para os vetos

O Plenário tem sessão deliberativa a partir das 14h. Um dos itens da pauta é a proposta que permite ao Senado e à Câmara apreciarem separadamente os vetos presidenciais (PEC 57/05).

Debate sobre o trabalho na produção de álcool

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate, às 9h, as condições de trabalho, salário, segurança e saúde na indústria de produção de álcool. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, é um dos convidados.

Municípios beneficiários do FCO

Às 11h, a Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) examina, entre outros projetos, o que inclui 58 municípios ao estado de Minas Gerais como beneficiários do Fundo de Financiamento Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Senado recebe relatórios da Anatel

A Comissão de Infra-Estrutura (CI) analisa, às 9h, mensagem com os relatórios anuais de 2004 e 2005 das atividades da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Relações Exteriores discute crise da Bolívia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) realiza, às 10h, o quarto debate sobre as medidas do governo boliviano que afetaram a exploração de gás natural pela Petrobras naquele país.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Gerson Camata, Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda e Heráclito Fortes

Acatadas indicações para cargos no STM

As indicações dos generais-de-exército Renaldo Quintas Magioli e Francisco José da Silva Fernandes para ministros do Superior Tribunal Militar (STM) foram acolhidos ontem pelo Plenário. Também foi aprovada a recondução de Eduardo Flores Vieira ao cargo de defensor público-geral da União, do Ministério da Justiça.

Magioli é bacharel em Ciências Militares, com cursos de especialização e mestrado. Fernandes é economista e tem mestrado e doutorado. Eduardo Vieira tem pós-graduação em Ciências Penais.

Programação monetária segue para a Câmara

Os senadores aprovaram ontem projeto que trata da programação monetária para o primeiro trimestre de 2007 (PDS 35/07). A matéria, originária de mensagem do Executivo, segue à Câmara dos Deputados.

De acordo com relatório do Banco Central (BC), que acompanha a mensagem, registram-se reduções das projeções de crescimento da economia para este ano. Mesmo assim, as expectativas são de taxas de inflação reduzidas e de diminuição também nas taxas de juros, com "razoável dinamismo do comércio exterior".

Moradia para mulher que sustenta família

Substitutivo do senador Paulo Paim (PT-RS) ao projeto da Câmara que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidade de Sustento da Família (PLC 12/00) foi aprovado ontem em Plenário. O texto será submetido a turno suplementar de votação.

Também foi acolhido o projeto (PLC 34/04) que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam), com quatro emendas apresentadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Al Gore recebe voto de aplauso por filme

Requerimento de Aloizio Mercadante (PT-SP) propondo voto de aplauso ao ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore, pelo documentário Uma verdade inconveniente, teve aprovação dos senadores em Plenário. A proposta já havia recebido parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou voto contra, dizendo que Al Gore teria proposto que a Amazônia passasse a ser administrada por consórcio internacional.

Entre as 11 propostas acolhidas ontem em Plenário estão benefício para empresa que investir em ciência e tecnologia e mudança na Capes visando qualificar professores

Senado aprova incentivo para investimento em pesquisa

Projeto que concede incentivos fiscais para as empresas que investirem em projetos de pesquisa científica e de inovação tecnológica foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A proposta, com origem no Executivo, altera dispositivos da Lei 11.196/05 (originária da chamada MP do Bem) e foi encaminhada à sanção.

De acordo com o projeto (PLC 124/06), as empresas beneficiadas poderão excluir do lucro líquido – para efeito de apuração do lucro real, que é a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor de investimentos em projeto executado por órgão ou entidade da administração pública considerada instituição



científica e tecnológica (ICT).

São exemplos de ICTs as universidades e os institutos de pesquisa como a Embrapa e a Fundação Oswaldo Cruz.

Durante a votação, José Sarney (PMDB-AP) lamentou que projeto com benefícios para o Amapá não tenha sido votado. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou a importância dos incentivos para o Pólo Industrial de Manaus, e Osmar Dias (PDT-PR) lembrou da

importância da pesquisa para o avanço do setor de biocombustíveis brasileiro.

A matéria teve como relatores Flávio Arns (PT-PR), na Comissão de Educação, e Francisco Dornelles (PP-RJ), na de Assuntos Econômicos.

O texto aprovado trata ainda da participação da empresa e da ICT na titularidade dos direitos sobre a criação e a propriedade industrial e intelectual gerada pelo projeto de pesquisa.

Emenda

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) excluiu emenda de sua autoria que permitiria aos fabricantes de computadores e telefones celulares acumular os benefícios propiciados pela Lei 11.196/05 e pela Lei 11.077/04 (Lei de Informática). O conteúdo da emenda foi contemplado em medida provisória aprovada anteriormente.

Reforço na formação de professores

Proposta que amplia as competências e a estrutura organizacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – fundação vinculada ao Ministério da Educação – para elevar a qualificação dos professores no ensino básico foi aprovada em Plenário.

O texto aprovado é um substitutivo ao PLC 10/07, e veda a acumulação de mais de uma bolsa de estudo ou pesquisa concedida pela Capes. Também estabelece o valor de R\$ 900 mensais destinado aos participantes de cursos de capacitação para o exercício das funções de formadores, preparadores e supervisores de cursos. O projeto agora retorna à Câmara.

Em seu parecer, o relator Pedro Simon (PMDB-RS) observa que, para que a Capes possa ter suas funções ampliadas sem prejuízo aos projetos que já desenvolve, "é de se esperar que a instituição seja contemplada com toda a sorte de recursos necessários ao desempenho do seu novo papel institucional".

Reajuste para parlamentares e presidente

O Plenário aprovou ontem projetos de decreto legislativo que reajustam os salários dos parlamentares, do presidente e do vice-presidente da República e dos ministros de Estado. As matérias seguem para promulgação.

A primeira proposta (PDS 88/07) fixa os salários dos deputados e dos senadores em R\$ 16.512,09, com reajuste de 29,81% relativo à inflação de dezembro de 2002 a março de 2007, incluída a revisão geral prevista na Lei 10.697/03. Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e José Nery (PSOL-PA) declararam voto contrário ao projeto.

Pela segunda proposição (PDS 89/07), o salário do presidente será elevado para R\$ 11.420,21, enquanto o vice e os ministros passarão a receber R\$ 10.748,43. Os efeitos financeiros das duas propostas retroagem a 1º de abril deste ano.

Proposta exige depósito prévio nas ações trabalhistas

Projeto que estabelece a obrigatoriedade de depósito prévio, em valor equivalente a 20% do valor da causa, para as ações rescisórias no âmbito da Justiça do Trabalho foi acatado pelo Plenário.

De acordo com a proposta (PLC 80/06), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o depósito será dispensado apenas nos casos em que se comprovar a miserabilidade do autor. Como foram aprovadas duas emendas, a matéria foi encaminhada à Comissão Diretora para elaboração da redação final.

Embargos

Também foi aprovado parecer de José Agripino (DEM-RN) favorável ao PLC 66/06. Pelo projeto, a quantidade de processos que podem chegar à instância máxima do Tribunal Superior do Trabalho deverá ser reduzida. Em caso de divergência entre as turmas do tribunal, fica eliminada a admissão de embargo ao pleno, deixando o julgamento apenas à Seção de Dissídios Individuais.

Perito deve apoiar ação da Justiça

O Plenário rejeitou emenda da Câmara a projeto do Senado (PLS 337/99) que regula a gratuidade dos honorários dos peritos. Assim, fica estabelecido que os profissionais formados em instituições públicas devem aceitar até três nomeações judiciais por ano, no prazo de cinco anos, para elaboração de perícias quando o ônus da prova couber a beneficiários da assistência gratuita.

Os deputados haviam suprimido a expressão "em instituições públicas", de modo que a obrigatoriedade seria estendida a todos.

Projetos voltam para exame de comissões

Quatro matérias que constavam da ordem do dia da sessão de ontem saíram de pauta e serão novamente estudadas pelas comissões. São a PEC 59/05 e os PLSs 227/06, 26/00 e 685/99.

A PEC 59/05, que dispõe sobre o uso do Pasep, e o PLS 227/06, sobre pregão eletrônico, retornam à Comissão de Justiça.

Os PLSs 26/00 e 685/99 voltam à Comissão de Assuntos Econômicos. O primeiro trata da programação monetária e o outro estabelece regras e condições de emissão do real.

Novos cargos e funções para o TST

Com parecer favorável do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o Plenário aprovou ontem, em votação simbólica, o PLC 126/06, que cria 1.119 novos cargos e funções no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Mercadante ponderou que, neste ano, o TST já recebeu mais de 150 mil processos. Ele ressaltou também a criação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que exigem a contratação de servidores.

Apelo por reabertura da RCTV, na Venezuela

Na sessão de ontem, 15 senadores, entre opositores e governistas, se manifestaram contrários à decisão do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de não renovar a concessão da emissora de televisão privada RCTV. Os protestos ocorreram durante votação de requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de iniciativa do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), fazendo apelo ao presidente Chávez no sentido de rever o fechamento da emissora. A matéria foi aprovada pelo Plenário.

Senador afirma que já deu as explicações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, chegou na manhã de ontem ao Congresso, dizendo-se absolutamente tranqüilo quanto às acusações de que utilizou favores de um lobista da Mendes Júnior para pagar pensão à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

– Sinto-me absolutamente tranqüilo. A verdade está a meu lado para ser provada, reiterada absolutamente – disse Renan.

– Os principais líderes do Senado se reuniram ontem [terça]. É uma estratégia de defesa, presidente? – indagou um repórter.

– Não tem defesa. Expliquei o que precisava ser explicado, reiterarei tudo. O que precisar de prova a ser mostrada, nós vamos mostrar. Não precisa mais, mas qualquer redundância ajuda nesses casos. O importante é demonstrar a verdade.

Presidente do Sindilegis presta solidariedade

O presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Magno Mello, manifestou repúdio às denúncias contra o senador Renan Calheiros. Ele foi recebido ontem, juntamente com o diretor-geral do Senado Federal, Agaciel Maia, pelo presidente da Casa.

– Simplesmente se condena uma pessoa porque se considera que as afirmações feitas por seus acusadores, sem nenhuma prova, são verdadeiras. Já as alegações feitas pelo presidente Renan são tomadas como falsas. É preciso denunciar a injustiça dessa situação – protestou Magno Mello.

Presidente do Conselho de Ética anuncia que pretende analisar toda a documentação juntamente com o corregedor, Romeu Tuma

Sibá diz que se manifestará sobre a representação contra Renan no dia 6

Os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Adelmir Santana (DEM-DF) foram eleitos ontem, respectivamente, presidente e vice-presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Ao assumir o cargo, Sibá prometeu que já na próxima reunião do colegiado, dia 6 de junho, vai pronunciar-se sobre a representação em que o PSOL pede que o colegiado investigue as denúncias da

revista *Veja* contra o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Segundo a matéria, Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior, teria pagado despesas pessoais do senador, no valor mensal de R\$ 16.500, à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

Sibá afirmou que se manifestará com relação à defesa apresentada por Renan, com base em pronunciamento em Plenário na segunda-feira, em que o senador afirmou que todos os pagamentos foram feitos com recursos próprios e estão devidamente



Observado por Adelmir Santana, Romeu Tuma cumprimenta Sibá Machado

comprovados em extratos bancários e declarações do Imposto de Renda.

– Quero analisar todos os documentos e qualquer procedimento de minha parte e por parte deste conselho será primado pela estrita observância à Constituição federal e ao Regimento Interno desta Casa – afirmou Sibá, que pretende examinar a documentação juntamente com o corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP).

OPSOLO protocolou a representação na secretaria do conselho, quando deveria tê-lo feito na Secretaria Geral da Mesa. De acordo com o Código

de Ética, qualquer representação contra senador feita por partido “será inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar”. Conforme informações da Secretaria Geral, a representação será remetida oficialmente ao órgão para que este a encaminhe oficialmente ao conselho.

O colegiado é composto por 15 titulares

e 15 suplentes. Foram escolhidos titulares Augusto Botelho (PT-RR), Sibá Machado (PT-AC), Renato Casagrande (PSB-ES), Serys Slhessarenko (PT-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG), Valter Pereira (PMDB-MS), Gilvam Borges (PMDB-AP), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Demostenes Torres (DEM-GO), Heráclito Fortes (DEM-PI), Adelmir Santana (DEM-DF), Marconi Perillo (PSDB-GO), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Jefferson Péres (PDT-AM). O corregedor também faz parte do conselho.

Advogado afirma que pagamentos tiveram origem lícita

Eduardo Ferrão, advogado do presidente do Senado, Renan Calheiros, entregou ontem ao corregedor da Casa, Romeu Tuma, documentos que, segundo disse, comprovariam que todos os pagamentos feitos por Renan à jornalista Mônica Veloso tiveram origem lícita. De acordo com Eduardo Ferrão, as cópias de extratos bancários e das declarações do Imposto de Renda de Renan, a partir de 2004, fazem parte de processo que corre na Vara de Família, em segredo de justiça, mas foram entregues à Corregedoria a fim de comprovar as afirmações feitas por Renan em discurso na última segunda-feira.

Renan defendeu-se em Plenário das acusações feitas pela revista *Veja* de que Cláudio Gontijo, funcionário da



Eduardo Ferrão: documentos comprovam afirmações de Renan

Mendes Júnior, teria pagado despesas pessoais do senador.

– Todas as afirmações feitas pelo senador de que suas despesas têm origem em recursos próprios e de fonte definida são verdadeiras. Ali estão comprovados todos os depósitos, fonte de recursos e também saques em dinheiro na conta do senador de

2004 a 2006 – afirmou Eduardo Ferrão aos jornalistas, em entrevista coletiva.

O advogado explicou ainda que não poderia entregar cópia dos documentos aos jornalistas, porque fazem parte de processo que tramita em segredo de justiça.

Romeu Tuma esclareceu que vai analisar todos os documentos referentes à defesa de Renan Calheiros, bem como a

representação protocolada pelo PSOL no Senado com o objetivo de que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa investigue as denúncias da imprensa contra o presidente do Senado. Tuma disse também que deverá pronunciar-se sobre o assunto na próxima reunião do colegiado, no dia 6 de junho.

Ideli defende novo presidente do conselho

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), defendeu a permanência de Sibá Machado na presidência do Conselho de Ética. Alguns senadores, como Pedro Simon (PMDB-RS), demonstraram certo temor pelo fato de o cargo ser preenchido pelo suplente da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Ideli ponderou que Sibá deve ser tratado da mesma forma que qualquer um dos outros 80 senadores.

– Quero que todos aqui dentro sejam respeitados e que nós tenhamos condições de dar aos senadores Sibá e Adelmir Santana, estas duas pessoas que vão exercer postos delicados, confiança, respeito e estabilidade para que possam desempenhar seu papel.

Agripino: Brasil acompanhará trabalho de Sibá

O Brasil inteiro vai olhar para o trabalho do presidente do Conselho de Ética, senador Sibá Machado, afirmou o líder do DEM, José Agripino (RN). “O presidente do conselho vai ter que pautar seu trabalho pela dignidade”, frisou.

Em aparte, Pedro Simon disse que não tem dúvidas de que Sibá terá um comportamento excepcional. Mas advertiu que, sendo suplente de Marina Silva, o presidente do conselho estaria sujeito à vontade de Lula. “O Sibá vai depender do que pensa o presidente Lula”, alertou.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o ministério jamais seria alterado para influir em decisão do Senado.

Acesso a dados ajudará combate à corrupção

Para cumprir a fundo seu papel de fiscalização e controle do governo, como prevê a Constituição, o Congresso Nacional terá acesso a todos as informações de sistemas automatizados de dados do Executivo, se aprovado projeto de decreto legislativo apre-

sentado ontem pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador José Maranhão (PMDB-PB).

O acesso aos dados, conforme o senador, permitirá que o Legislativo não apenas cumpra sua função de fiscalizar, mas ajudará

até mesmo no combate à corrupção no país. A proposta reúne toda a legislação existente sobre fiscalização a cargo do Congresso, inclusive as determinações que são colocadas anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O projeto determina que o Congresso e o Tribunal de Contas da União – órgão auxiliar do Parlamento na fiscalização – poderão acessar inclusive dados de pagamentos que a União faz a estados, municípios e entidades que recebem verbas federais.



Efraim quer que abastecimento pelos carros-pipa seja mantido

Interior nordestino pede socorro contra seca, afirma Efraim

Os municípios atingidos pela seca pedem socorro, disse ontem o senador Efraim Morais (DEM-PB), solicitando providências urgentes ao governo federal e a manutenção do abastecimento por carros-pipa.

Santa Luzia do Siridó e Serra dos Brandões, no município de Picuí, dependem dos carros-pipa do Exército, única fonte de água potável para cerca de 10 mil pessoas. Mas o abastecimento deve ser suspenso amanhã, informou Efraim, que foi apoiado por Cícero Lucena (PSDB-PB) e Mão Santa (PMDB-PI).



Mão Santa observa que índices educacionais do Piauí pioraram

Analfabetismo e dengue preocupam Mão Santa

O analfabetismo e a dengue que atinge os piauienses foram tema de discurso do senador Mão Santa (PMDB-PI), que saudou recente visita do ministro da Educação, Fernando Haddad, ao Piauí. É grave a incidência da dengue no estado, acrescentou, e a mortalidade pelo tipo hemorrágico chega a 10%.

Fernando Haddad ficou alarmado com o alto grau de analfabetismo no Piauí, disse Mão Santa, que reivindicou o empenho do governo para a erradicação da dengue.

Inquérito da Polícia Federal aponta "condutas culposas" por parte dos pilotos de jato e também falhas do controle aéreo. Procurador do TCU relata problemas identificados em auditoria na Infraero

Delegado diz que controladores e pilotos americanos erraram

Ao depor ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, o delegado da Polícia Federal Renato Sayão Dias, responsável pelo inquérito que investigou o acidente entre o Boeing da Gol e o jato Legacy da American ExcelAire em 29 de

setembro de 2006, apontou "condutas culposas" por parte dos pilotos do jato e também indicou falhas do controle de tráfego aéreo nacional.

O inquérito conduzido pelo delegado foi encerrado no dia 7 de maio e concluiu por uma divisão de responsabilidades entre controladores e os pilotos Joseph Lepore e Jan Paladino. Uma das sugestões de Sayão para evitar que acidentes como esses vol-



Presidida por Viana (C), CPI ouve Cláudio Candiota (E, ao lado de Zambiasi), Furtado e Sayão

tem a ocorrer é que um sinal sonoro passe a avisar aos pilotos quando o transponder e o TCAS (equipamentos anticollisão) estiverem desligados.

O relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), comentou que o procurador da República de Mato Grosso Tiago Lemos de Andrade denunciou seis pessoas como responsáveis pelo acidente entre o Boeing e o jato. Para o procurador, dois pilotos e

quatro controladores de voo tiveram atitudes importantes que levaram à colisão. **Infraero** O procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, apresentou aos senadores resultado de auditoria realizada pelo TCU na Infraero após o acidente, que aponta diversos afastamentos de controladores por licença médica, picos de demanda de serviço desses profissionais e falta de reserva de controladores. O tribunal identificou também que, em 2004, foi autorizado concurso para contratação de controladores, mas o edital só foi publicado depois do acidente.

Dornelles quer reforma política e voto distrital

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu ontem a realização da reforma política e a importância da participação do Congresso na elaboração do Orçamento, que, em sua opinião, deve deixar de ser autorizativo para ser impositivo. Ele se manifestou favorável também à adoção do voto distrital nas eleições proporcionais, com a divisão do estado em distritos, tendo cada distrito o seu representante.

O senador lembrou que o voto distrital permite uma relação mais estreita entre o eleitor e o candidato e uma representação mais autêntica de todos os segmentos e regiões do país, e ainda reduz o custo da campanha. Ele disse ser contrário ao projeto de votação proporcional por lista.

– A lista seria o domínio de uma cúpula que comanda os partidos sobre a sociedade – argumentou Dornelles.



Segundo Dornelles, voto distrital reduz o custo da campanha

Cristovam cobra votação de projetos na Câmara

Após apontar a falta de sintonia entre a atuação do Congresso e as demandas do povo brasileiro, Cristovam Buarque (PDT-DF) convocou os demais senadores a retomarem a discussão da reforma política, cujos principais pontos, como fidelidade partidária e financiamento público de campanha, já foram aprovados pelo Senado e aguardam votação na Câmara.

Ele chegou a propor uma marcha de

senadores à Câmara para pressionar os deputados a apressarem a votação dessas matérias, uma saída eficaz, na sua opinião, para enfrentar a baixa credibilidade do Congresso Nacional revelada por pesquisas de opinião pública.

– Está na hora de aproveitar essa crise para tentar encontrar caminhos para que o sistema político funcione – conclamou o parlamentar.



Cristovam: crise deve servir para fazer sistema político funcionar

Suplicy exige solução para nascidos no exterior

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 272/00) que assegura o registro, nos consulados, de brasileiros nascidos em países estrangeiros. A medida beneficiará cerca de 200 mil filhos de brasileiros espalhados pelo planeta.

Desde 1994, explicou o senador, acumulam-se os casos de apátridas, pois os filhos de brasileiros nascidos no exterior não

podem ser registrados como brasileiros, a não ser que pelo menos um dos genitores "esteja no exterior a serviço da República Federativa do Brasil". Com isso, filhos de casais residindo no exterior por outras razões (estudo ou turismo, por exemplo) não podem ser registrados como brasileiros.

Suplicy informou ainda que vai falar sobre renda básica de cidadania em duas universidades, na Alemanha e no México.



Suplicy diz que há cerca de 200 mil brasileiros sem registro



Para Marco Maciel, é preciso superar déficit energético

Maciel defende adoção da energia nuclear

O governo deve fazer definições estratégicas, especialmente em energia, transporte e telecomunicação, para assegurar investimentos na infra-estrutura, destacou Marco Maciel (DEM-PE), para quem "é hora de adotar a geração de energia nuclear".

Investimentos nessa área podem ser a saída para o déficit energético, que já leva empresas, como a Companhia Vale do Rio Doce, a anunciarem que é impossível planejar investimentos para depois de 2012, por insegurança quanto à oferta de energia.

– Há muito tempo sou favorável à energia nuclear no país – afirmou, lembrando que em 1975, como deputado federal, fez a mesma defesa.

Para Casagrande, escândalos põem democracia à prova

Mesmo com boas notícias na economia, a democracia brasileira está sendo posta à prova pelos escândalos de corrupção envolvendo o Poderes, em especial o Judiciário, analisou ontem Renato Casagrande (PSB-ES).

Ele pediu que o Conselho Nacional de Justiça envie ao Congresso proposta de punição aos magistrados infratores, que substitua o "benefício do pijama", ou seja, a aposentadoria compulsória. O senador também ressaltou a necessidade de criação de um órgão de fiscalização dos tribunais de contas da União, dos estados e dos municípios, e informou ter apresentado a PEC 30/07, para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público.

Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas aprova relatório parcial com recomendações e relação de sete propostas, que serão acompanhadas e devem ter votação prioritária

Parlamentares destacam projetos relevantes à proteção ambiental

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas aprovou ontem relatório parcial apresentado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). O parlamentar propôs que o colegiado apóie e acompanhe a tramitação urgente de sete projetos que tratam da proteção ambiental. Foi sugerida a inclusão de mais quatro propostas, o que levará a nova votação.

Além dos projetos prioritários selecionados por sub-relatoria a cargo do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o texto parcial relata o trabalho feito até o momento, apresenta um diagnóstico da situação ambiental do país, analisa os recursos destinados à pesquisa e faz recomendações. O colegiado deve votar o relatório final até 11 de dezembro.

Após pesquisa nos bancos de dados do Senado e da Câmara, a comissão obteve lista de 129 proposições, classificadas em categorias como aquecimento global, matriz energética, florestas, biocombustíveis, resíduos sólidos, tributação, incentivos, mercado de carbono e compras públicas. Das matérias identificadas, sete, no entendimento dos

parlamentares, merecem “prioridade do Congresso, devido à sua importância para a grave questão do aquecimento global”.

Entre os projetos destacados, está o que dispõe sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas e propõe estimular a redução progressiva de emissões de gases de efeito estufa (PL 261/07). Apensado a este projeto tramita o PL 354/07, da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que institui a Política Brasileira de Atenuação do Aquecimento Global.

Também foi priorizada a proposta do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) que dispõe sobre o sistema de vigilância das emissões de gases de efeito estufa (PL 479/07). O texto tra-

mita apensado ao PL 18/07, do deputado Sarney Filho (PV-MA), que trata da redução de emissões e economia de energia nos órgãos públicos.

Receberam destaque ainda os PLs 494/07, que dispõe sobre os incentivos fiscais a projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, o 6.910/06, que exige comprovação da origem da madeira utilizada em obras e serviços públicos, e o 5.979/01, que dispõe sobre limites de emissão de poluentes por veículos. A lista inclui a PEC 19/00, de Jefferson Péres (PDT-AM), que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, e o PLP 351/02, que prevê incentivos para unidades de conservação.



Casagrande e o deputado Eduardo Gomes (2º e 3º à esq.) coordenam debate na comissão

Especialistas alertam para riscos do aquecimento

As mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global tenderão a transformar a Amazônia numa região de cerrado ou savana e o semi-árido nordestino em um deserto. Esse foi o cenário para os últimos 30 anos deste século apresentado pelo diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Bráulio Dias, em reunião realizada ontem na Comissão Especial Mista sobre

Mudanças do Clima.

– O fenômeno já começou e precisamos tomar providências para diminuir os seus efeitos – advertiu, citando os estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e estudos contratados à comunidade acadêmica brasileira.

Para o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Tasso Azevedo, o Brasil é um dos países que será mais afetado em suas florestas, com a diminuição do

número de espécies e a ocorrência de mais incêndios, pragas e doenças. Para a preservação de florestas, o diretor da organização não-governamental Amigos da Terra, Roberto Esmeraldi, destaca a necessidade de controle sobre as compras de madeira. Já a pesquisadora Paula Moreira, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), disse ser possível o Brasil captar US\$ 500 milhões (R\$ 1 bilhão) no exterior para evitar o desmatamento.



Tenório (4º à esq.), com Portocarrero (E), Kowarick, Fonseca, Carvalho, Beze, Lucena e Vizentin

Líderes rurais e técnicos do governo discutem o estatuto do produtor

O Estatuto do Produtor Rural poderá contribuir para a redução de custos do setor agrícola, mas falha ao excluir os posseiros, ao deixar de focalizar questões tributárias e ao retirar a responsabilidade de produtores por passivo ambiental. Essas são algumas das considerações feitas ontem por representantes do governo e lideranças do setor, durante debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a matéria tramita em caráter terminativo na CRA, onde recebeu parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (DEM-MT).

O texto define conceitos de produtor rural e de agronegócio, e aborda questões como crédito, extensão rural, seguro agrícola e relações de trabalho.

Márcio Portocarrero, representante do Ministério da Agricultura, elogiou os mecanismos previstos para impedir que a concessão de crédito rural seja condicionada à contratação de outros serviços bancários. Já Roberto Vizentin, representante do Ministério do Meio Ambiente, considerou sem fundamento legal artigo do estatuto segundo o qual o produtor não poderá ser responsabilizado pela degradação já existente quando da compra da terra.

O assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Zeke Beze, resalta que a proposta exclui os posseiros, “que estão entre os que mais precisam de apoio”. Para Luciano Carvalho, da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), o projeto deveria buscar a redução de tributos para o setor.

Subcomissão de biocombustíveis apóia debate sobre aquecimento

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis aprovou ontem a participação do colegiado em audiência pública sobre aquecimento global a ser realizada em conjunto com a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas e com a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore será convidado para o debate.

Ao presidir a reunião da Subcomissão dos Biocombustíveis, ligada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), João Tenório (PSDB-AL), autor do requerimento, afirmou ter tido

contatos bastante promissores com o embaixador dos Estados Unidos, Clifford Sobel, sobre a vinda de Al Gore ao Senado.

A subcomissão também acolheu requerimento do senador César Borges (DEM-BA) para a realização de uma segunda audiência pública com a finalidade de discutir propostas para estimular a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel na Região Nordeste. Entre os convidados, figuram o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, um representante do Ministério de Minas e Energia e os presidentes da Petrobras e do Banco do Nordeste do Brasil.

Debatedores rejeitam redução da idade penal

“É impossível assegurar a paz pública elegendo o adolescente autor de ato infracional como bode expiatório.” A opinião foi emitida pela psicóloga Maria de Lourdes Teixeira, do conselho consultivo da Fundação Abrinq, durante audiência na Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Também participaram da reunião a coordenadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, além de atores e do diretor do filme Querô. O debate reuniu ainda o ministro da Secretaria Especial dos

Direitos Humanos, Paulo Vannuchi; o presidente da Comissão de Direitos Humanos de São Paulo, José Gregori; o representante do Unicef Mário Volpi; o promotor de justiça Tito Amaral; e os pais do menino João Hélio, vítima da violência no Rio de Janeiro.

Apenas Tito Amaral e os pais de João Hélio defenderam a redução da maioria penal. Entre os senadores presentes Magno Malta (PR-ES) foi o único a se posicionar a favor da PEC 20/99, que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos.



Crivella: "Nunca vi em toda minha vida situação tão dramática"

Rio de Janeiro vive pânico às vésperas do Pan, diz Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) chamou atenção para a manifestação promovida ontem pelo movimento Rio da Paz, no gramado em frente ao Congresso, onde foram colocados 15 mil lenços brancos em sinal de protesto contra a morte de 15 mil pessoas este ano, no país, em razão da violência.

O senador disse estar aguardando com ansiedade a resposta do Ministério da Defesa sobre pedido de colaboração na segurança dos Jogos Pan-Americanos.

– Nunca vi em toda minha vida situação tão dramática – frisou Crivella.



Segundo César Borges, Gautama foi pré-selecionada para o serviço

César Borges quer embargar obras da transposição

César Borges (DEM-BA) solicitou ao Ministério Público Federal que embargue a licitação referente às obras da transposição do rio São Francisco. Seu pedido foi justificado pelo fato de a Gautama, empresa revelada pela Operação Navalha como suspeita de envolvimento em fraudes na licitação de obras públicas, ter sido pré-selecionada para realizar o serviço.

O senador também considerou "grave e violento" o governo iniciar uma obra que continua a gerar divergências entre os estados da região Nordeste.

Mudança acolhida pela CCJ permite uso da internet em licitações para obras até o valor de R\$ 3,4 milhões e bens até R\$ 85 milhões

Comissão de Justiça aprova proposta que amplia uso do pregão eletrônico

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto que visa adequar a Lei de Licitações e Contratos Administrativos às novas tecnologias. A proposta, que ainda será votada pelo Plenário, torna mais claras as regras para utilização do pregão eletrônico.

Já aprovado pela Câmara na forma de substitutivo, o projeto (PLC 32/07) está incluído entre as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo o relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), o pregão eletrônico, instituído por lei em 2002, trouxe resultados mais satisfatórios "sobretudo na agilidade da realização dos certames de licitação", que passaram a ser concluídos na metade do tempo anterior, com evidente redução de custos operacionais, da ordem de 20%. O parecer contemplou emendas apresentadas na CCJ.

A proposição tramita simultaneamente na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), também em regime de urgência. A pedido do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), a matéria poderá ser examinada por este colegiado, se

houver tempo hábil para isso. A proposta seguirá ao Plenário até o dia 3.

Pelo projeto, a modalidade do pregão eletrônico poderá ser utilizada em várias hipóteses nas quais se exige, atualmente, o uso de concorrência, tomada de preços ou convite, condicionado a limites de valor para obras (R\$ 3,4 milhões) e para aquisição de bens e serviços (R\$ 85 milhões). Será obrigatória a utilização do pregão, na forma eletrônica ou presencial, para todas as licitações do tipo menor preço, observados os limites referidos anteriormente.

"Laranjas"

O texto proíbe pessoas físicas ou jurídicas de participarem de licitações públicas caso tenham praticado atos contrários à ordem pública e tenham sofrido penas de suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pública, ainda que participantes de outra empresa jurídica. Essa proibição se estende aos proprietários

e diretores das pessoas jurídicas, bem como aos que atuam em substituição a esses – popularmente conhecidos como "laranjas" –, com o intuito de burlar a efetividade das sanções previstas.

Segundo o relator da matéria, há a possibilidade – obrigatoriedade, sempre que a administração tenha site – de utilização de sítios eletrônicos oficiais para dar publicidade às licitações e seus respectivos atos, eventualmente substituindo a imprensa oficial, a critério do Poder Executivo da respectiva esfera de governo.

Jarbas Vasconcelos observa que no projeto original do governo não havia limitações para a utilização do pregão nem para a inversão de fases, no que se refere às licitações de obras e serviços de engenharia. Entre outras inovações, o relatório acrescentou modalidades de divulgação para as licitações, dependendo de seu valor, via internet ou mídia impressa.



Antonio Carlos, presidente da CCJ, e Magno Malta (foto à esq.) ouvem esclarecimentos do relator, Jarbas Vasconcelos



Punição mais rigorosa para quem vende droga em escola

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na forma de substitutivo, projeto que aumenta a pena para os crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes no interior dos estabelecimentos de ensino ou em suas imediações.

A pena também será aumentada se a prática de crimes relacionados nos artigos 33 a 37 da Lei de Drogas, envolver ou visar atingir criança ou adolescente ou quem tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação.

De acordo com o substitutivo, elaborado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), as penas serão aumentadas de um terço ao dobro. O texto da legislação em vigor prevê, para tais crimes, ampliação das penas de um sexto a dois terços. O autor do projeto (PLS 34/03) é o senador licenciado Hélio Costa, atual ministro das Comunicações.

Segundo Jereissati, a proposta tem o objetivo de desestimular a presença de traficantes nos ambientes estudantis, "que abrigam jovens em formação, suscetíveis à pernicioso influência desses bandidos que se travestem de estudantes e colegas para livremente agir contra nossa juventude". A matéria será submetida ainda a votação em turno suplementar na comissão.

Airbag deve ser equipamento obrigatório em veículos no país

Projeto que torna obrigatória a colocação de airbag nos veículos, para proteção dos passageiros dos bancos da frente, foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça. A proposição, que também determina a colocação de barras de proteção lateral e arco de proteção superior, será votada agora em turno suplementar, já que foi acolhida na forma de substitutivo.

De autoria de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o projeto (PLS 115/04) foi relatado na CCJ pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que acolheu substitutivo aprovado anteriormente pela Comissão de Assuntos Econômicos.

De acordo com a proposta, a colocação de airbag "será progressivamente incorporada aos novos modelos de veículos, fabricados, importados, montados ou encarroçados, a partir do primeiro ano após a definição, pelo Conselho Nacional de Trânsito, das especificações técnicas e do respectivo cronograma de implantação".

Azeredo lembra, na justificativa, que esses dispositivos de segurança são sempre oferecidos no Brasil como itens opcionais, o que leva o consumidor a "reagir negativamente à possibilidade de pagar pelos equipamentos, seja por questões de ordem financeira, seja por desconhecimento acerca de como um determinado componente pode atuar na prevenção de acidentes".

Presidente do STF pode ser membro nato de conselho

Proposta de emenda à Constituição que torna o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) membro nato do Conselho Nacional de Justiça e, necessariamente, seu presidente, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Justiça.

A matéria (PEC 22/06), que precisa ser aprovada em dois turnos de votação pelos plenários do Senado e da Câmara dos Deputados, é de autoria de Demostenes Torres (DEM-GO) com outros senadores, e teve parecer favorável do relator, Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), também presidente da CCJ. Atualmente, qualquer dos 11 ministros do STF pode ser indicado para compor e presidir o Conselho Nacional de Justiça, ficando este afastado da distribuição dos processos no tribunal enquanto durar sua função no conselho.

Adiada votação sobre crimes de informática

Pedido de vista coletivo provocou o adiamento da votação, na Comissão de Justiça, de proposta da Câmara que dispõe sobre crimes cometidos na área de informática e suas penalidades.

O relator do projeto (PLC 89/03), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), deu parecer favorável à proposição, na forma de substitutivo. A proposição tramita em conjunto com o PLS 76/00, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que trata do mesmo assunto.

A CCJ aprovou, na mesma reunião, adendo ao parecer da comissão sobre o projeto (PLC 5/07) que regulamenta o uso de películas de proteção contra raios solares nos veículos. O PLC foi aprovado pela comissão no dia 11 de abril e adendo, elaborado pelo relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), visa corrigir uma falha de técnica legislativa.



Roosevelt Pinheiro

Raupp defende construção de gasodutos e hidrelétricas para evitar risco de apagão

Raupp faz apelo pela liberação de usinas do rio Madeira

O líder do PMDB, Valdir Raupp (RO), fez um apelo às autoridades federais para que liberem a licença ambiental necessária para os projetos de construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, ambas no rio Madeira, na Amazônia. Conforme o senador, o país está na iminência de um novo “apagão energético”.

Raupp defendeu também a construção da usina de Belo Monte, no Pará, e dos gasodutos Coari-Manaus (já iniciado) e Urucu-Manaus.

– O impacto ambiental é muito menor que o de uma usina a diesel, como há hoje em toda a Amazônia – afirmou.

Representantes de todos os partidos pedem a promoção do desenvolvimento sustentável e o controle do aquecimento

Um apelo em favor do respeito à natureza

Com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e de representantes de entidades ambientalistas do meio diplomático, o Senado realizou ontem sessão especial para marcar a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente.



Cézar Neto

À mesa, no Plenário: Marina Silva, Serys Slhessarenko e o representante da WWF Brasil, Cláudio Maretti

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), autora da proposta da homenagem, abriu a sessão, que foi presidida por Renan Calheiros. Em seu discurso, Renan disse que, nas figuras de Serys e Marina, queria homenagear “todos

aqueles que, com firmeza, serenidade e espírito aberto, fazem avançar as teses do respeito ao meio ambiente e do desenvolvimento sustentável”.

Líderes e representantes de todos os partidos falaram durante a solenidade,

que também contou com apresentação de um coral de 30 crianças da Escola das Nações.

O Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, foi instituído em 1972 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Outra

resolução, na mesma data, criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, responsável por catalisar a ação internacional e nacional para a proteção do meio ambiente no contexto do desenvolvimento sustentável.

RENAN CALHEIROS

O presidente do Senado, Renan Calheiros, encerrou a sessão de homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente afirmando que a legislação ambiental brasileira é uma das mais avançadas do mundo e que, por isso,

multiplicam-se as iniciativas de demarcação legal de áreas de preservação e conservação ambiental. Ele considerou, contudo, que o futuro de áreas como o Cerrado e a Amazônia dependerá da capacidade do país de conciliar

conservação e exploração econômica. O senador disse ainda que o álcool e o biodiesel representam, hoje, ferramentas formidáveis para o esforço de viabilizar o progresso com menor custo ambiental.



Roosevelt Pinheiro

Devido a cerceamento de trabalho, conflito com Ibama é iminente, alerta Agripino

Agripino pede que secretaria ouça pescadores

José Agripino (DEM-RN) alertou para a possibilidade de um conflito entre pescadores de todo o país e fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). O senador disse que eles têm sofrido humilhações e que estão impedidos de sustentar suas famílias.

Segundo Agripino, a Secretaria Especial da Pesca tem se recusado a receber os pescadores e estes precisam de prazo para se adaptar às mudanças feitas pelo órgão na forma de exercer a profissão. O senador citou o caso da exigência aos pescadores de lagosta que devem substituir a rede caçoeira pela cesta conhecida como covó.

SERYS SLHESSARENKO

É importante ressaltar o papel decisivo que o Brasil desempenhou na recente criação do Fórum Internacional de Biocombustíveis (composto ainda por África do Sul, Estados Unidos, China, Índia e União Européia), assinalou Serys Slhessarenko (PT-MT). A senadora disse que, contudo, não se deve admitir que o cultivo das espécies destinadas à geração de biocombustíveis acarrete uma destruição irresponsável do meio ambiente ou comprometa os níveis atuais de produção de alimentos.

LEOMAR QUINTANILHA

Ainda há tempo para a adoção de novos padrões de consumo e produção e de tecnologias para a preservação ambiental, afirmou Leomar Quintanilha (PMDB-TO). A produção de energia limpa, o aproveitamento de resíduos sólidos, a criação de unidades de conservação e o reflorestamento são algumas das tendências apontadas pelo senador para diminuir a velocidade do aquecimento global.

CRISTOVAM BUARQUE

A utopia não morreu nem se situa mais na área da economia, segundo Cristovam Buarque (PDT-DF). A utopia, de acordo com o senador, mudou de nome e de campo de luta, situando-se agora na ecologia e na educação. A ecologia, segundo ele, pode derrubar o muro entre a geração atual e as próximas, condenadas a viver com o superaquecimento do planeta. A educação, com a oferta de uma escola igual para todos, deve eliminar as barreiras que separam os filhos dos pobres dos filhos dos ricos.

MARISA SERRANO

Na opinião de Marisa Serrano (PSDB-MS), o Brasil possui “um dos maiores patrimônios naturais do mundo, senão o maior, que é a floresta amazônica, e também o Pantanal”. A senadora lembrou que, se nenhuma providência for tomada, a atual superfície da floresta amazônica será reduzida pela metade até o ano de 2100 e o semi-árido nordestino se transformará em deserto.

FERNANDO COLLOR

Para substituir o Protocolo de Kyoto – cuja vigência se extingue daqui a cinco anos –, o Brasil deve iniciar, na opinião de Fernando Collor (PTB-AL), uma campanha para realizar, em 2012, a Conferência Rio+20. “O Brasil está entre os cinco maiores causadores do aquecimento global, apesar dos louváveis esforços do Ministério do Meio Ambiente”, afirmou. O senador registrou que está sendo criado, no Itamaraty, um cargo de embaixador especial só para assuntos relacionados a mudanças climáticas.

JAYME CAMPOS

O mundo mudou, passando da ênfase na tecnologia, que adveio da revolução industrial, para uma era de convivência com a natureza, destacou Jayme Campos (DEM-MT). Segundo o senador, a parcimônia na exploração dos recursos naturais será a moeda forte do futuro, e o Brasil está “jogando essa moeda pelo ralo”, com o desperdício da água e a destruição sistemática de suas florestas. Para ele, a estagnação econômica não é a solução, mas o desperdício não pode reger as relações do Brasil com o meio ambiente.

RENATO CASAGRANDE

Renato Casagrande (PSB-ES) propôs a dinamização do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, liderado pelo presidente Lula e onde têm assento os presidentes do Senado e da Câmara. Casagrande sugeriu que o Executivo aumente as dotações orçamentárias para iniciativas que preservam a natureza e que o Legislativo agilize a estrutura legal para elas. “Os alertas da comunidade científica sobre o aquecimento já mudaram o interesse das pessoas, mas não ainda o comportamento.”

SIBÁ MACHADO

O desafio que representa para o mundo conciliar a economia e a política com o desenvolvimento social e a defesa do meio ambiente foi ressaltado por Sibá Machado (PT-AC). O senador disse que a região amazônica, ao longo de sua ocupação, tem sofrido por ser vista como fonte inesgotável de recursos para o desenvolvimento nacional. Conforme Sibá, seria importante que o Congresso pudesse promover avanços na legislação de proteção ambiental, que, observou, está emperrada e ainda não foi levada a cabo.